

A IMAGEM DO ÍNDIO BRASILEIRO NA CRÔNICA DE VIAGEM DO QUINHENTISMO

Luiz Carlos Fernandes¹

Resumo

Procura-se demonstrar, nesta análise do Tratado Descritivo, de Gabriel Soares de Sousa, que, embora o índio brasileiro represente um dos principais objetos de referência do discurso quinhentista, o fazer enunciativo do cronista na composição de sua figura revela uma estratégia discursiva que, na verdade, visa o ofuscamento desse seu “outro”. Com base nas propostas da Análise francesa do discurso, estudam-se os usos de determinadas formas verbais e construções sintático-discursivas que contam para a compreensão e assimilação da natureza e comportamentos inéditos do homem do Novo Mundo pela formação discursiva do quinhentismo português.

Palavras-chave: quinhentismo, discurso, enunciação

Abstract

Most of the enunciative strategies in Gabriel Soares de Sousa's Tratado Descritivo, one of the first descriptions about the native american indians, confirm the effort made by european chroniclers during XVIth century to mystify their culture and traditions. Those discursive strategies appears through some linguistic procedures, like the preferences for a few verbal forms and sintactical constructions, and they confirm the heavy influence of a prevailing discursive formation that elected the indians to be the “other”.

Key-words: XVIth century, discourse, enunciative procedures

I. INTRODUÇÃO

Com base nas concepções dialógicas, na noção de formação discursiva e nas implicações das condições de produção para a formulação dos sentidos nos textos sugeridos

pela Análise do Discurso de linha francesa, procuramos destacar, neste trabalho, alguns dos recursos de argumentação e persuasão predominantes no relato cronístico de Gabriel Soares de Sousa, um dos principais representantes da chamada literatura de viagem do século XVI. Ao promover, pela primeira vez, a inclusão da figura do indígena das terras americanas no discurso europeu da época, o seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* representa um marco de fundação da historicidade do homem americano, ponto de partida para a incorporação do mesmo ao fluxo da história ocidental. Depois de sua publicação, múltiplos olhares se depositariam sobre a figura do índio, fazendo com que desencadeassem, nos séculos seguintes, muitos dos sentidos que sua imagem continua a evocar na cultura ocidental até nossos dias.

Uma vez que a linguagem é um lugar de interação, de emergência de subjetividades e de negociação/construção de sentidos, procuramos caracterizar o locutor que está projetado na modalidade discursiva predominante na crônica de viagem. Segundo o modo como se representa no discurso, a constituição que atribui a seus interlocutores e objetos de referência, podemos identificar algumas das principais estratégias direcionadoras de seu fazer argumentativo.

O caráter interativo e heterogêneo da linguagem empregada no *Tratado Descritivo* evidencia-se no empenho do sujeito enunciativo por imprimir uma marca de autoridade a seu discurso. Segundo os objetivos pragmáticos que está determinado a atingir, as relações que vai estabelecendo com o universo que descreve, bem como os efeitos que pretende provocar e os comportamentos que deseja desencadear em seus interlocutores, que são os nobres e comerciantes instalados na corte européia, é necessário não pairar dúvida sobre a legitimidade de seu discurso. Percebe-se, porém, que, por trás da aparente homogeneidade da superfície textual da crô-

¹ Professor-doutor do Mestrado em Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) ferlucar@uol.com.br lucarfer@uel.br

nica, evidenciam-se as marcas de um não-dito, do que é silenciado e/ou censurado, o que permite entrever, nos interstícios dessa forma de linguagem, a presença polifônica do outro que se insinua no espaço discursivo do mesmo. Seja por meio do uso de certas formas verbais, seja pela preferência por uma forma peculiar de ordenação sintático-discursiva vai se compondo, de modo oblíquo e difuso, a presença do actante indígena como um outro que o fazer enunciativo procura ofuscar.

II. A INSCRIÇÃO DO ÍNDIO NA HISTÓRIA

Na primeira parte do *Tratado*, os capítulos em que o autor descreve as tribos que habitam a costa brasileira situam-se ao lado dos que trazem representações de cada uma das capitanias hereditárias. A exemplo destes, estão dispostos numa seqüência narrativa que simula um deslocamento espacial que vai desde o norte até o sul do litoral. A exemplo do que se observa no texto em geral, neste segmento também se apresentam, tanto na abertura como no encerramento de cada capítulo, as embreagens à instância enunciativa que constituem um componente estratégico importante da enunciação. Graças a ele, o interlocutor é chamado a compartilhar a responsabilidade pela formulação discursiva do tema indígena. As marcas de tempo, lugar e pessoa presentes nestes embreagens vêm representadas por formas verbais e adverbiais centradas na primeira pessoa do plural.

Por outro lado, deslocamentos do tempo narrativo para momentos de referência posteriores aos da enunciação vêm indicados tanto por verbos no futuro do presente como pelo sentido de probabilidade expresso pelo presente do modo subjuntivo. As indicações precisas de deslocamentos temporais ao futuro, desenvolvidas por expressões adverbiais de lugar que remetem a capítulos situados mais adiante na seqüência enunciativa, reiteram a disposição enunciativa de legitimar sua responsabilidade sobre o discurso que vai construindo. É o que se pode observar em passagens como essas: “*este gentio é da mesma cor baça, e tem a vida e costumes dos potiguares e a mesma língua, que é em tudo como a dos tupinambás, em cujo título se dirá muito de suas gentilidades*” (Sousa, p. 62); “*parece que não é bem que passemos adiante do rio de São Francisco sem dizermos que gentio é este caeté, que tanto mal tem feito aos portugueses nesta costa, o que agora cabe dizer deles*” (Sousa, p. 61); “*parece razão que não passemos avante sem declarar que gentio é este a quem chamam aimorés*” (Sousa, p.78); “*tem esse gentio muita parte dos costumes dos tupinambás... e outras gentilidades muitas que, por escusar prolixidade, as guardamos para se dizerem uma só vez*” (Sousa, p. 96)

Observam-se ocorrências marcadas por deslocamentos do ponto-de-vista do sujeito enunciativo, as quais fazem com que se confundam os espaços do enunciado enunciado

e da enunciação enunciada. Como resultado do emprego na enunciação de verbos na primeira pessoa do plural, cria-se o sentido de inclusão do sujeito enunciatário, com o que se projeta no discurso um sujeito que participa da cena enunciada na qualidade de observador. Atente-se, ainda, para o modo como a função iterativa exercida por perifrases com o verbo “ter” seguido de particípio (Travaglia, p. 205) enfatiza o fazer enunciativo de alertar os patrícios sobre o perigo que representam os temidos goitacases: “*e como eles são tão esquivos inimigos de todo o gênero humano, não foi possível saber mais de vida e costumes, e o que está dito pode bastar por ora; e tornemos a pegar da costa, começando dos Ilhéus por diante*”(Sousa, p. 80); “*pois que temos declarado quase toda a costa que senhoreavam os goitacaseses, não é bem que nos despeçamos dela passando por eles, pois temos dito parte dos danos que fizeram aos povoadores do Espírito Santo aos da Paraíba*” (Sousa, p. 95).

O apelo a denegações é muito freqüentemente utilizado nas descrições sobre os costumes da sociedade local, aparecendo especialmente em debreagens actanciais de figuras indígenas. O olhar que lançam sobre o homem americano denota a expectativa de encontrar refletido em cada detalhe de seu cotidiano simulacros da sociedade branca européia, a qual apresenta-se como uma espécie de marco de referência do fazer enunciativo. Há nele um empenho ostensivo por ressaltar ausências e faltas, o que deixa implícito o forte sentimento de rejeição do cronista-enunciador pela maioria dos valores socio-culturais do povo indígena, em particular aqueles relativos à estrutura econômica e militar dessa sociedade: “*não vivem estes bárbaros em aldeias, nem casas, como o gentio, nem há quem lhas visse nem saiba, nem desse com elas pelos matos até hoje... não costumam estes alarves fazer roças, nem plantar alguns mantimentos; mantêm-se dos frutos silvestres e da caça que matam, a qual comem crua ou mal assada, quando têm fogo... não pelejam com ninguém de rosto a rosto; toda a sua briga é atraçoada*. (Sousa, p. 79); “*não se ocupa em grandes lavouras; mantêm-se estes selvagens de caça e peixe do rio, que matam... não consentem cabelos nenhuns no corpo, senão os da cabeça* (Sousa, p. 96).

A expressão dessa repugnância assume, porém, um tom ainda mais veemente quando se fazem referências às formas de linguagem adotadas pelos selvagens. Afinal, é justamente a força da palavra o instrumento principal de que se serve o cronista para cumprir sua função maior no quadro do processo de colonização: conferir sentido a tudo o que há de desconhecido no mundo recém-descoberto. Não se trata de uma postura inédita, mas sim de uma tradição já presente entre os viajantes portugueses dos séculos anteriores: a de esmerar-se na nomeação de todas coisas e lugares que encontravam nas terras de além-mar, comportamento que evidencia o desejo de assinalar a soberania do descobridor português. O enunciador do *Tratado* confia na pala-

vra enquanto instrumento de legitimação da posse da terra, por isso procura desmerecer os costumes lingüísticos indígenas. Afinal é preciso evitar seu discurso de reação à invasão do conquistador europeu: “... a sua fala é rouca da voz, a qual arrancam da garganta com muita força, e não se poderá escrever... (Sousa, p. 79); “faltam-lhe três letras do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronúnciação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um fez lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra R na sua pronúnciação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedeçam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som da sua vontade” (Sousa, p. 302).

Nos enunciados que confrontam, nesses vários capítulos, a situação dos índios dos primeiros tempos da colônia com suas condições de vida nas décadas seguintes projetam-se micro-embreagens centradas no “agora” da enunciação. Isso deixa claro que, na época em que o *Tratado* foi escrito, grande parte das tribos que habitaram a costa brasileira já haviam sido expulsas para terras no interior da colônia. Fica assim pressuposto, entre os dois momentos, um período de expulsão massiva do gentio, sem porém qualquer tentativa de identificação de suas causas pelo discurso cronístico que, dissimuladamente, atribui uma debandada populacional de tal porte a confrontos bélicos que possam ter ocorrido entre nações inimigas. Apenas muito raramente, como no último dos segmentos abaixo citados, a enunciação deixa escapar, de modo implícito, que a invasão das terras litorâneas tinha sido iniciativa dos povoadores europeus, nunca, é claro, referindo-se a ela como um ato de violência e crueldade, mas sim como consequência da realização de uma vontade divina: “...e desta maneira se consumiu este gentio (os caetés), do qual não há agora senão o que se lançou muito pela terra adentro, ou se misturou com seus contrários sendo seus escravos, ou se aliaram por ordem de seus casamentos” (Sousa, p. 62); “...ao tempo que os portugueses descobriram esta província do Brasil, (os tamoios) senhoreavam a costa dele desde o rio do cabo de São Tomé até a Angra dos Reis; do qual limite foram lançados para o sertão, onde agora vivem” (Sousa, p. 109); o qual (o tupiniquim) tem agora despovoado toda esta comarca, fugindo dos tupinambás, seus contrários, que os apertaram por uma banda, e aos aimorés, que os ofendiam por outra: pelo que se afastaram do mar; e, fugindo ao mau tratamento que lhes alguns homens brancos faziam, por serem pouco tementes a Deus” (Sousa, p. 87).

O relato sobre os inúmeros “danos” causados pelos caetés aos portugueses, que vem no quarto parágrafo do capítulo 19, termina com uma debreagem em que a figuração divina do sujeito destinador da punição prescrita a esses indígenas evidencia a submissão característica ao interdiscurso da fé católica predominante na formação discursiva do quinhentismo. Ao lado dessa retomada do tema da religiosidade no espaço enunciativo, uma micro-embreagem instalada pelo pronome demonstrativo em primeira pessoa repete o apelo ao transcendental como justificativa para a expulsão dos índios caetés: “cujos danos Deus não permitiu que durassem muito tempo; mas ordenou de os destruir desta maneira” (Sousa, p. 62).

Ao contrário de outras nações que já haviam se refugiado no interior, os aimorés continuaram a representar grande ameaça para os colonizadores portugueses até depois dos anos 80, especialmente no litoral das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus. Debreado no passado dos aimorés, desde os tempos em que viviam numas “serras mui ásperas”, a voz do discurso acompanha o deslocamento territorial dessa comunidade até sua chegada à zona litorânea. Nessa altura, uma embreagem enunciativa desencadeada pelo chamado presente histórico, em que se neutraliza o emprego do pretérito perfeito 2 dos verbos “correr” e “descer” em favor do presente do indicativo, faz coincidir o momento em que os aimorés alcançam o litoral pelo rio das Caravelas com o presente da narração. Tal procedimento enunciativo tem a função de presentificar fatos do passado (Fiorin, p. 207), expressando a surpresa e o clima de insegurança provocados entre os moradores das capitanias pela movimentação e pelas investidas dos aimorés: “começou este gentio a sair ao mar no rio das Caravelas, junto de Porto Seguro, e corre estes matos e praias até o rio Camamu, e daí veio a dar assaltos perto de Tinharé, e não descem à praia senão quando vêm dar assaltos” (Sousa, p. 79)

No enunciado das mortes de portugueses por aimorés, inscreve-se, ao lado dos sentidos denotados pelo adjunto adverbial e pela quantificação das vítimas, o efeito de sentido iterativo e de processo ainda não-acabado representado pela perífrase do verbo “ter” no presente do indicativo seguido de participio passado (Travaglia, p. 206), com o que o clima vivido pelos colonos é descrito com maior dramaticidade: “e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais têm morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte mais de trezentos homens portugueses e de três mil escravos” (Sousa, p. 80).

Embora pouco comum no discurso cronístico, observa-se a inserção de um comentário avaliativo do enunciador no capítulo 152. Por meio de um procedimento metalingüístico, o cronista demonstra assombro frente ao costume de certos caciques de adotarem meninas para fazer delas mais tarde suas esposas. O estranhamento causado pelo costume do outro vem reforçado no discurso por

embreagens actancial e espacial desencadeadas pelos empregos do adjunto “aqui” e do verbo “entender” com sujeito indeterminado: “*e se algum principal da aldeia pede a outro índio a filha por mulher, o pai lha dá sendo menina; e aqui se não entende o preceito acima, porque ele a leva para o seu lanço, e a vai criando até que lhe venha seu costume, e antes disso por nenhum caso lhe toca*” (Sousa, p. 305).

Ainda que tenha sido imprescindível para o sucesso da colonização portuguesa do Brasil, especialmente nos primeiros anos, a colaboração dos indígenas em termos de transferência de conhecimentos sobre as coisas da terra freqüentemente omitida no discurso cronístico. As referências a essa coadjuvância ao fazer discursivo cronístico de aquisição de saberes sobre a nova terra são raríssimas e apenas implícitas. É o que se observa no capítulo 147, que trata dos índios tupinambás chamando-os de “*índios muito antigos*”, bem como a certa altura do capítulo 149, dedicado aos tupinambás e tupinaés: “*os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo as informações que se têm tomado dos índios muito antigos, foram os tapuiás*” (Sousa, p. 299); “*e assim foram possuídores desta província da Bahia muitos anos, fazendo guerra a seus contrários até a vinda dos portugueses a ela; dos quais tupinambás e tupinaés se têm tomado esta informação, em cuja memória andam estas histórias de geração em geração*” (Sousa, p. 300).

As marcas dessa colaboração servem comumente para assegurar o sentido de verdade nas debreagens actanciais projetadas por orações subordinadas adjetivas relativas a habitações, manufatura, utensílios, doenças, táticas de guerra e relações de parentesco da sociedade indígena. Como se observa nos trechos transcritos, aqui o cronista não pode deixar de reconhecer a sabedoria do índio e sua responsabilidade pelo ato de nomeação: “*e como escolhe o sítio a contentamento dos mais antigos, faz o principal sua casa muito comprida, a que os índios chamam pindoba*” (Sousa, p. 303); “*o seu vinho principal é de uma raiz a que chamam aipim*” (Sousa, p. 311); “*andam dando o vinho em uns meios cabaços, a que chamam cuias, aos que andam cantando*” (Sousa, p. 311); “*fazem cestos de varas, a que chamam samburá*” (Sousa, p. 312); “*quando este gentio quer tomar muito peixe nos rios de água doce os atravessam com uma tapagem de varas, e batem o peixe de cima para baixo; onde lhe lançam muita soma de umas certas ervas pisadas, a que chamam timbó*” (Sousa, p. 312).

São igualmente raras as passagens que permitem identificar informantes do sujeito observador projetados na própria cena do enunciado, o que se evidencia na seguinte microembreagem enunciativa do capítulo 167 (“*que trata do grande conhecimento que os tupinambás têm da terra*”): “*costuma este gentio, quando anda pelo mato sem saber novas do lugar povoado, deitar-se no chão, e cheirar o ar, para ver se lhe cheira a fogo, o qual conhecem pelo faro a*

mais de meia légua, segundo a informação de quem com eles trata mais familiarmente” (Sousa, p. 319).

Os maiores atritos nas relações entre índios e brancos, no século XVI, evidenciam-se nos enunciados relativos ao campo da espiritualidade, pois é neles que se explicitam mais abertamente os juízos de valor do sujeito da enunciação. O predomínio absoluto, na formação ideológica da crônica quinhentista, dos preceitos espirituais do cristianismo, como não poderia deixar de ser, inviabiliza qualquer disposição da enunciação de aceitar ou sequer querer compreender os costumes religiosos dos “*bárbaros*” americanos, como bem se percebe nessa passagem: “*entre este gentio tupinambá há grandes feiticeiros, que têm este nome entre eles, por lhe meterem na cabeça mil mentiras... os quais, pela maior parte, não sabem nada, e para se fazerem estimar e temer tomam este ofício, por entenderem com quanta facilidade se mete em cabeça a esta gente qualquer coisa*” (Sousa, p. 314).

A existência do diabo projeta-se especialmente nos enunciados que descrevem atividades de pajelança, ora com base em figuras criadas por actantes indígenas, ora como base em asserções do próprio enunciatador. Com isso, fica evidenciado que o diabo representa, para o discurso quinhentista, não apenas uma imagem produzida pelo delírio ou pela credence exagerada do gentio, mas uma presença cujo sentido de verdade é abonado pela própria enunciação. Na maioria das vezes, porém, as credences indígenas, sempre assimiladas pelo discurso segundo os critérios impostos pela fé católica, representam-se de modo a deixar patente sua rusticidade e o despropósito de seus fundamentos: “*mas há alguns que falam com os diabos, que os espancam muitas vezes, os quais os fazem muitas vezes ficar em falta com o que dizem... muitas vezes acontece aparecer o diabo a este gentio, em lugares escuros, e os espanca de que correm de pismo; mas a outros não faz mal, e lhes dá novas de coisas sabidas*” (Sousa, p. 314).

Não é de espantar que os cronistas viajantes do século XVI encontrassem dificuldades em aceitar as razões ancestrais de sociedades humanas tão diferentes da sua. Entende-se, pois, sua insistência em contestar tudo o que nela se diferencia de seus próprios padrões morais e espirituais. Só pode adotar o que já conhece como parâmetro para retratar o diferente: daí o seu grande empenho em descobrir faltas e apontar lacunas ao descrever a realidade inédita do novo mundo. Tudo aquilo que não tem similaridade com os padrões sexuais restritivos, com a desconfiança no trato com o Outro, com a mistificação no tratamento de assuntos de estado, enfim, com os valores predominantes na formação ideológica da sociedade européia do século XVI a que está vinculado deve ser renegado. Daí o uso algo abusivo das denegações, como em: “*são os tupinambás tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam... e não se contentam com uma mulher, mas têm muitas... e em conversações não sabem falar senão nestas sujidades, que come-*

tem cada hora... e não contentes estes selvagens de andarem tão encarniçados neste pecado, naturalmente cometido, são muito afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se não têm por afronta” (Sousa, p. 308); “quando entra algum hóspede em casa dos tupinambás, logo o dono do lanço da casa, onde ele chega, lhe dá a sua rede e a mulher lhe põe de comer diante, sem lhe perguntarem quem é, nem de onde vem, nem o que quer” (Sousa, p. 316); “quando o principal da aldeia quer praticar algum negócio de importância, manda recado aos índios de mais conta, os quais se ajuntam no meio do terreiro da aldeia, onde também se chegam os que querem ouvir estas práticas, porque entre eles não há segredo” (Sousa, p. 317).

III. CONCLUSÃO

As estratégias monofonizantes do discurso quinhentista, de que este *Tratado* é parte representativa, caracterizam-se pelo controle do jogo enunciativo resultante de procedimentos discursivos como os que acabamos de descrever: o desdobramento do sujeito da enunciação em observador; as intervenções por meio de emblemas enunciativas, a fixação de um marco enunciativo no além-mar, os esforços

de apagamento do outro, etc. Nenhuma delas, porém, consegue apagar algo que se evidencia especialmente nos componentes dialógicos da crônica de Gabriel Soares de Sousa: a presença inegável do outro representado pelos valores e tradições do povo indígena. O esforço enunciativo do discurso colonial sobre o Brasil para silenciar sua voz confirma a importância das estratégias de dominação fundadas na palavra para a evolução histórica do Brasil e formulação de uma identidade nacional.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FIORIN, J. L., (1996). *As Astúcias da Enunciação*. São Paulo: Editora Ática, 318 p.
- MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2.ed., Campinas: Editora Unicamp/Pontes, 198 p.
- SOUSA, G. S. (1987). *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 5ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 387 p.
- TRAVAGLIA, L. C. (1985). *O Aspecto Verbal em Português*. A categoria e sua expressão. Uberlândia: Universidade Estadual de Uberlândia, 289 p.